

concorrência desleal e a utilização abusiva das indicações de proveniência falsas ou falaciosas. Em Portugal, a aprovação da «lei das marcas» de 4 de Junho de 1883, na sequência da assinatura, em Março desse ano, da Convenção da União de Paris para a protecção da propriedade industrial, iria dar origem à criação do registo de marcas comerciais para os diversos produtos.

A partir do levantamento das marcas registadas entre 1883 e 1900, em que se verifica uma forte presença de marcas de vinhos e produtos vinícolas (cerca de 22% do total de 4.561 registos), procuramos perceber de que forma os diferentes agentes comerciais recorrem a imagens rurais associadas às regiões de origem dos vinhos, como elementos de distinção e valorização das suas marcas. A par dessa articulação entre marcas e denominações de origem, e dos diferentes interesses envolvidos, desde os produtores aos retalhistas, pretende-se compreender a valorização conferida às características dos vinhos (castas, qualidades, categorias e processos de vinificação e envelhecimento, etc.).

Maria Ana Bernardo / Patrícia Rêgo — *O mundo rural e as cidades no Sul de Portugal: atividades ocupacionais e relações sociais (1880-1930)*.

RESUMO: O tema que se pretende analisar é o das relações entre o campo e a cidade, na transição do século XIX para o século XX, tendo como referencial a distribuição espacial das atividades ocupacionais ligadas ao mundo rural e aos trabalhos agrícolas.

A abordagem, centrada na reflexão e proposta de definição sobre fronteiras entre o mundo rural e as cidades, é feita a partir dos territórios concelhios do Sul do país que albergam as capitais de distrito: Beja, Évora, Faro, Portalegre e Setúbal. Pretende-se, a partir deste espaço de análise, apurar os graus de interpenetração entre o mundo rural e a cidade, e as suas permanências e mudanças, ao longo do período referido. Estes aspectos podem ser vistos não só através da distribuição espacial das atividades ocupacionais ligadas à produção, ao transporte, à transformação e ao comércio, mas também no plano das relações sociais, neste caso tendo como referência a questão do acesso à propriedade.

Partindo de uma recolha documental que se define a partir das fronteiras político-administrativas dos concelhos e das freguesias – e nestas, distinguindo entre freguesias rurais e urbanas – os recenseamentos eleitorais configuram o *corpus documental* de base que usamos para caracterizar, do ponto de vista socio-ocupacional, os indivíduos que o integram.

Os recenseamentos eleitorais disponibilizam informações sistemáticas sobre os indivíduos do sexo masculino em condições de poderem exercer cidadania ativa expressa através do voto. A idade, os valores de censo e, sobretudo, a residência e atividade ocupacional são variáveis que, desagregadas ao nível da freguesia e do lugar, apresentam vantagens analíticas comparativas relativamente aos setores de atividade económica constantes nos *Censos da População*.

Examina-se, ainda, a dinâmica socioeconómica dos territórios concelhios identificados usando como informação complementar as relações de masculinidade, as taxas de alfabetização e, sobretudo, os fluxos de mobilidade entre as freguesias rurais e urbanas, a partir dos *Censos da População*.

A investigação que está na base da presente proposta tem sido desenvolvida no âmbito do Projeto «Vida cultural em cidades de província. Espaço público, sociabilidades e representações 1840-1926» (PTDC/CS-GEO/100726/2008).

Cristina Prata — *Os preços da estabilidade. Vitivinicultura em Palmela durante o Estado Novo*.

RESUMO: Chegados à década de 40 e 50, a economia vitivinícola em Portugal apresenta os males de que já padece desde meados do século XIX: falta de organização na produção e no comércio, de onde deriva o excesso de produção de vinho (de má qualidade) e a dificuldade de escoamento. Tal situação, ou a «questão vinhateira», não é tranquila. De «crise em crise», utilizando a expressão de Dulce Freire, trazidas frequentemente, ora pelo excesso de produção, ora pela dificuldade de escoamento, a vinha e o vinho seguem como culturas protegidas face à importância económica e social que detêm